



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE RADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Apresentação: 06/10/2022 10:22 - CTASP

REQ n.1116/2022

REQUERIMENTO N° , DE 2022

(Do Sr. Rogério Correia)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o confisco de recursos das Universidades Federais, Institutos Federais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no Art. 58, §2º, II da CF. e nos Arts. 24, III e 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o confisco de recursos das Universidades Federais, Institutos Federais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nesse sentido, solicito que sejam convidados para debater o tema:

- Secretário-Executivo do Ministério da Economia;
- Secretário-Executivo do Ministério da Educação;
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);
- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif);
- União Nacional dos Estudantes (UNE);
- Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA);
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (Forplad).



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224133418600>



* C D 2 2 4 1 3 3 4 1 8 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Por meio do Decreto 11.216, que alterou o Decreto nº 10.961, de 11/02/2022, o Governo Federal confiscou recursos das Universidades Federais, Institutos Federais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Recursos esses imprescindíveis ao funcionamento da educação superior federal brasileira.

As universidades federais sofreram um confisco de R\$ 328,5 milhões, totalizando em 2022 um montante de R\$ 763 milhões bloqueados. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a limitação estabelecida pelo Decreto praticamente esgota as possibilidades de pagamentos a partir de agora e é insustentável.

O confisco nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia bloqueou R\$147 milhões, totalizando em 2022 um corte de mais de R\$300 milhões. O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) afirmou por nota que “serviços essenciais de limpeza e segurança serão descontinuados, comprometendo ainda as atividades laboratoriais e de campo, culminando no desemprego e na precarização dos projetos educacionais, em um momento de tentativa de aquecimento econômico e retomada das atividades educacionais presenciais no pós-pandemia”.

Diante de mais essa situação inesperada ao planejamento orçamentário das Universidades e Institutos Federais, que afetará o funcionamento da educação pública brasileira, é imprescindível que esta Comissão promova audiência pública com o objetivo de elucidar os fatos e adotar medidas cabíveis diante deste confisco. Razão pela qual apresento o presente requerimento de realização de audiência pública.

Sala da Comissão, de outubro de 2022.

Deputado ROGÉRIO CORREIA

PT/MG

